



AO

ILMO. SR. PREGOEIRO DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2020

Processo Administrativo Nº 23443.008733/2020-31

CLARO S.A., sociedade por ações, localizada na Rua Henri Dunant, nº 780, Torres A e B, Bairro Santo Amaro, CEP 04.709-110, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no **CNPJ sob o nº 40.432.544/0001-47**, de NIRE/JUCESP de nº 35.300.145.801, doravante denominada simplesmente **CLARO**, por seu representante infra-assinado, vem, respeitosamente, com fundamento no Decreto nº 10.024/2019, que regulamentou o pregão eletrônico, e na Lei nº 10.520/02, apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao **PREGÃO** em referência, em razão de inconformidades constantes daquele instrumento convocatório, conforme exposto nas anexas razões de impugnação.

I. DA TEMPESTIVIDADE

Conforme o ditame inserto no artigo 24, do Decreto nº 10.024/19, o prazo para impugnação ao Edital é de até 03 (três) dias úteis da data fixada para o certame, *in verbis*:

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, **até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública**. (grifo nosso).

Dessa forma, utilizando o critério estabelecido no artigo 24, conclui-se que a data fixada para abertura da sessão pública, conforme preâmbulo do Edital é o dia **21/08/2020**, que deve ser excluído do cômputo (art. 110, da Lei nº 8666/93), considerando-se como **primeiro dia útil sendo 20/08/2020, segundo dia útil sendo 19/08/2020** e como **terceiro dia útil sendo 18/08/2020**.

Portanto, as impugnações apresentadas até o dia **18/08/2020** são tempestivas, como



é o caso da presente.

Assim é o entendimento do egrégio **Tribunal de Contas da União – TCU**, conforme corrobora o **Acórdão n.º 1/2007 - Plenário**, conforme transcrevemos abaixo *in verbis*:

“ ...

4. Na primeira instrução destes autos (fls. 162/163), a Secex/SE, em exame perfunctório, **analisou apenas uma das irregularidades** apontadas pela empresa Nordeste Segurança e Transporte de Valores Sergipe Ltda., **qual seja, a negativa de exame, pela Gilic/SA, de impugnação apresentada pela representante, sob alegação de intempestividade** (fls. 146/147).

5. **No entendimento da Secex/SE, não teria ocorrido inobservância, por parte da representante, do art. 18 do Decreto nº 5.450/2005, que regulamenta o pregão na forma eletrônica, pois a interposição da impugnação foi feita em 22/11/2005 (fls. 135/143), ou seja, dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, ocorrida em 24/11/2005, nos termos do mencionado dispositivo legal.**

6. **Em vista dessa irregularidade cometida** pela Gilic/SA, a Secex/SE entendeu **estarem presentes os requisitos necessários à concessão de medida cautelar para que a Caixa sustasse qualquer procedimento que visasse à contratação** decorrente do Pregão Eletrônico nº 019/7029-2005.” (grifo nosso)

Diante do exposto e de acordo com o entendimento do egrégio Tribunal de Contas da União – TCU, não acatar a presente impugnação sob o argumento da intempestividade seria condenar o presente certame ao fracasso, pois com certeza aquele Tribunal concederia medida cautelar suspendendo o prosseguimento deste certame.

II. RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

Por meio do PREGÃO em referência, o **INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS** divulgou o seu interesse na contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de Telecomunicações conforme descrição do objeto da licitação:

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de TELEFONIA MÓVEL, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Uma vez conhecido dito Edital, nele foram verificadas inconformidades.



Assim, e considerando a natureza das ilegalidades a seguir descritas, é certo que o **INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS**, por meio do seu Pregoeiro, têm o incontestável poder-dever de revisão ou alteração o procedimento licitatório em questão, em razão das inconformidades neste constatadas, e, por via de consequência, determinar sua correção, sob pena de sua ulterior anulação, nos termos do artigo 49 da Lei de Licitação.

As irregularidades ora verificadas serão, pontualmente, examinadas a seguir, sendo certo que sua natureza insanável impõe a revisão ou alteração imediata do referido Edital, para sua adequação às diretrizes legais, já que todo licitante tem direito de participar de licitação elaborada em conformidade com as diretrizes legais, que pugne pela observância dos princípios consignados no artigo 3º da Lei n. 8.666/93, princípios estes lhe serve de sustentáculo, além de representar seu fundamento jurídico.

1 – EXIGÊNCIA CONTIDA NO ITEM 9.10.5.1 DO EDITAL É INCOMUM NO TANGE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E VAI DE ENCONTRO AO QUE ESTABELECE O §1º, DO ART. 31, DA LEI Nº 8.666/93.

9.10.5.1. Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei;

Analisando o item acima transcrito, verificamos que o mesmo é uma exigência incomum numa licitação de prestação de serviços de telecomunicações e não se coaduna com o disposto no §1º, do artigo 31, da Lei nº 8666/93, tratando-se claramente de uma complementação desnecessária, como restará demonstrado.

A exigência acima transcrita consta da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, em seu art. 19, inciso XXIV, que trata da contratação de serviços, continuados ou não, por órgãos ou entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG, onde necessariamente é utilizado o emprego de mão de obra, ou seja, pessoas serão alocadas para a execução dos serviços, que definitivamente não é o caso da presente licitação.



Ademais o edital já traz outra exigência, a contida no item 9.10.4, que é usual nas licitações de prestação de serviços, **sem o uso de mão de obra**, que é suficiente para garantia da contratação uma vez que é feita por meio de índices contábeis usualmente adotados para correta avaliação da situação financeira do licitante

9.10.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

A título de informação o próprio **MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – MPOG** (autor da Instrução Normativa nº 02/2008) realizou recentemente uma licitação na modalidade Pregão para Registro de Preços, do tipo Eletrônico de nº 1/2014 - Processo nº 04300.002983/2013-18, cuja abertura se deu no dia 26/09/2014 às 09:00 horas, cujo objeto também era o Serviço Móvel Pessoal (SMP), incluindo serviços de mensageria, caixa postal e acesso à internet, Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) nas Modalidades Longa Distância Nacional e Internacional, na região com o código nacional 11, 21 e 61, onde não existiu qualquer exigência de habilitação econômico financeira, nos moldes da licitação promovida por essa Procuradoria Geral da República.

Vejamos abaixo a exigência contida na licitação promovida pelo MPOG para um objeto similar ao que está sendo licitado por esse Ministério da Saúde na presente licitação:

“11.2.3 Qualificação Econômico-Financeira:

11.2.3.1 Certidão negativa de concordata, falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, ou execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

11.2.3.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis (vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios), que devem ser atualizados a cada encerramento de exercício social no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias;

11.2.3.2.1 São considerados aceitos na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis publicadas em Diário Oficial, ou publicado em jornal, ou por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, ou outro órgão equivalente inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento.



2.3.2.2 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

11.2.3.2.3 Comprovação da boa situação financeira da empresa, baseada de índices acima de 1 (um) de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}};$$

11.2.3.2.4 As empresas cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar possuir patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

11.2.3.2.4.1 A empresa que vencer mais de um Grupo, o valor total estimado da contratação será o somatório dos valores de cada Grupo.

11.2.3.2.4.2 Em se tratando de empresas reunidas em consórcio, cada empresa consorciada deverá apresentar qualificação econômico-financeira exigida, na proporção de sua participação no consórcio no Edital.”

Como se vê das exigências acima, não temos nelas contidas nada que se assemelhe ao item 12.2.9 do edital ora impugnado de objeto extremamente similar ao do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, que é, como já dissemos **o órgão responsável pela expedição da Instrução Normativa nº 02/2008**, justamente por ser uma exigência que se coaduna com prestação de serviços com utilização de mão de obra como já dissemos.

Vale aqui mencionar a recente decisão exarada pelo juízo da 2ª Vara Federal de Chapecó/SC, em Mandado de Segurança interposto em face de exigências de igual caráter, o nobre julgador concedeu a segurança, no sentido de determinar a administração que se abstivesse de exigir da impetrante os requisitos de habilitação de apresentação da

comprovação de capital circulante líquido (CCL) ou capital de giro equivalente a 16,66% do valor orçado pela Administração, conforme segue:



“MANDADO DE SEGURANÇA Nº 5004290-63.2011.404.7202/SC – Despacho/ Decisão

Trata-se de mandado de segurança com pedido de liminar impetrado por Lince Segurança patrimonial em face de ato do pregoeiro designado para o pregão eletrônico nº 57/2011 da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. A impetrante ataca o ato administrativo da autoridade impetrada editado no âmbito do certame administrativo n. 23305.005817/2011-98 – Processo Licitatório Pregão Eletrônico (SRP) n.º 57/2011, o qual tem por objeto o Registro e Preços para eventual contratação, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário, de empresa especializada na prestação do serviço de segurança e vigilância patrimonial, através de segurança e vigilância desarmada, a serem executados nos Campi da Universidade Federal da Fronteira Sul sediados na Cidade de Erechim/ RS, Cerro Largo/ RS, Chapecó/ SC, Realeza/PR e Laranjeiras do Sul/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Sustenta a impetrante, em apertada síntese, que o instrumento convocatório determinava como critério de qualificação econômico-financeira a apresentação de índice de liquidez geral, solvência geral e liquidez corrente superior a 2,0 pelas empresas licitantes, **bem como a apresentação da comprovação de capital circulante líquido (CCL) ou capital de giro equivalente a 16,66% do valor orçado pela Administração (itens 8.2.3.3, 8.2.3.4 e 8.2.3.5.1, do Edital)**. A impetrante apresentou impugnação ao Edital, sendo que a Comissão de Licitação do Pregão Eletrônico exarou decisão reduzindo índice mínimo de liquidez geral, solvência geral e liquidez corrente para 1,0, mantendo a exigência de comprovação de capital circulante líquido ou capital de giro. Entende a impetrante que a exigência é desproporcional, o que limita as empresas capazes e solventes de participar do processo licitatório, ultrapassando os limites traçados pela Lei 8.666/93. Pleiteia o deferimento de medida liminar inaudita altera parte no sentido de se determinar que a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS no decorrer do processo de Pregão Eletrônico n.º 57/2011 se abstenha de inabilitar empresas que não comprovem capital circulante líquido (CCL) ou capital de giro de no mínimo 16,66% do valor da contratação, ou, alternativamente, determinar a suspensão da sessão que isto não justifica, como dito, a criação de outro requisito de habilitação, exorbitante do legal, para ocupar o lugar daquele que por ato infralegal se fez secundário. Aliás, a própria IN 5 estabelece que “Os editais não poderão conter cláusulas que excedam às exigência contidas nos arts. 28 a 31 da Lei nº 8.666/93, salvo quando os assuntos estiverem previsto em leis específicas” (item 7.4). **Analizada sumariamente a plausibilidade do fundamento jurídico, verifico, por outro lado, que a satisfação do requisito de urgência é evidente, uma vez designada para a data de amanhã a sessão de pregão eletrônico (item ‘1.1’ do Edital). Desta forma, tendo em vista que se encontram presentes os requisitos para tanto, deve ser concedida a liminar pleiteada. Ante o exposto, concedo a medida liminar, determinando à autoridade impetrada que se abstenha de impor à impetrante, como requisito de habilitação, a exigência contida no sub-item “8.2.3.5.1” do Edital de Pregão Eletrônico (SRP) nº 57/2011.**

Concórdia, 02 de outubro de 2011. Ivan Arantes Junqueira Dantas Filho Juiz Federal Substituto – 2ª Vara Federal de Chapecó/SC”

Pelo exposto, para que tenhamos exigências de habilitação relativa a qualificação econômico-financeira nos termos da legislação vigente faz-se necessário a retirada do citado item 9.10.5.1 do edital.



2 – EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO PREVISTA EM LEI

9.11.1.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

É cediço que tal exigência extrapola os limites da Lei. Por óbvio, não se contesta o fato de que a Lei Geral de Licitações (Lei 8.666/93) confere à Administração o direito de exigir a documentação relativa à esmerada apuração da acuidade das licitantes. Entretanto, veda a esta a restrição de competitividade, que dá a razão de ser do procedimento licitatório.

Tal exigência, que exige a apresentação de documentos sigilosos e restritos ao âmbito empresarial configura, portanto, grave restrição à ampla participação de licitantes no certame em apreço, o que é vedado pela Lei 8.666/93. Ademais, é abusiva, senão vejamos entendimento pacificado pelo TCU:

“1. É ilegal a exigência de que atestados de capacidade técnica estejam acompanhados de cópias de notas fiscais ou contratos que os lastreiem, uma vez que a relação de documentos de habilitação constante dos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/93 é taxativa.

Em Representação acerca de possíveis irregularidades em pregão eletrônico promovido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC), objetivando o registro de preços para contratação de serviços técnicos de apoio à gestão de sistemas de informação daquela fundação, a representante questionara a sua inabilitação “decorrente do fato de os atestados de capacidade técnica não terem sido apresentados juntamente com contratos e notas fiscais correspondentes, conforme exigido no instrumento convocatório”. Realizadas as oitivas regimentais, a Capes alegou a necessidade de que fossem “apresentados outros documentos além do atestado de capacidade técnica, para o devido julgamento da capacidade da empresa”, ressaltando que “o edital seguiu integralmente as disposições legais”. A relatora rebateu, destacando que “a exigência de que atestados de capacidade técnica estejam acompanhados de cópias das notas fiscais ou contratos que os lastreiem fere a Lei 8.666/1993, como aponta firme jurisprudência deste Tribunal”. Acrescentou que “a relação de documentos constante dos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/1993 é taxativa”, a exemplo dos precedentes contidos nos Acórdãos 597/2007-Plenário e 1564/2015-Segunda Câmara. Sobre o caso concreto, a relatora observou que “a representante comprovou ter a capacidade mínima exigida pelo certame, visto que a apreciação inicial do atestado foi condição suficiente para certificar que a empresa atendeu ao termo de referência”. Observou ainda que a fundação, em momento anterior à desclassificação da representante, promovera diligências para sanar a dúvida quanto a esse aspecto e teve a oportunidade de concluir que o atestado de capacidade técnica apresentado atendia as exigências do edital, “conforme atestou a Diretoria de Tecnologia e Informação daquela entidade por meio da nota técnica (...) acostada aos autos”. Em vista do exposto pela relatora, o Tribunal considerou a Representação procedente e fixou prazo para que a Capes tornasse sem efeito a inabilitação e a desclassificação da representante, cientificando ainda a fundação de que “a exigência de apresentação de atestados de capacidade técnica juntamente com as notas fiscais e/ou contratos prevista no edital do pregão eletrônico (...) não encontra amparo no art. 30 da Lei 8.666/1993 e na jurisprudência desta Corte”. Acórdão 1224/2015-Plenário, TC 003.763/2015-3, relatora Ministra Ana Arraes, 20.5.2015.”



A hipótese de se exigir documentos que extrapolam os limites da Lei poderá ensejar em licitação deserta e fracassada, ante à inobservância de princípios básicos da economia e celeridade processuais dos atos administrativos. É de se frisar que a Lei Geral de Licitações (Lei 8.666/93), ao contemplar a qualificação técnica dos licitantes, traduziu em seu artigo 30 a vontade do legislador de promover a máxima segurança do procedimento licitatório sem, contudo, impedir a participação de interessados em virtude de exigências demasiadas e altamente incomuns. Neste sentido, reza o seu artigo 30, inciso II:

A documentação relativa à qualificação técnica **limitar-se-á a**:

(...)

II – comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, ...

A regra descrita na norma legal vigente permite exigir do licitante apenas a comprovação de aptidão para desempenho de atividade similar, vedadas quaisquer exigências que inibam a participação na licitação, tais como informações demasiadas e deveras incomuns.

Assim, resta claro que o indigitado dispositivo legal visa instruir o julgamento do administrador público para que evite a inclusão de critérios que inibam a ampla participação de licitantes capazes de fornecer o serviço licitado, com consequência direta na real competitividade do certame.

Por óbvio, não se contesta o fato de que a Lei 8.666/93 confere à Administração o direito de exigir a documentação relativa à qualificação técnica das licitantes. Entretanto, veda a esta a restrição de competitividade, que dá a razão de ser do procedimento licitatório.

Dúvidas não há que manter a exigência insculpida no item supra referido configura a existência de Cláusula restritiva à ampla competitividade no certame. Nesse mister, cumpre-nos trazer à tela que a Jurisprudência da E. Corte de Contas da União ratificará tal entendimento, senão vejamos:



Decisão nº 285/2000-TCU-Plenário (Relator: MINISTRO ADHEMAR PALADINI GHISI)

A verificação da qualificação técnica, bem como da econômica, tem por objetivo assegurar que o licitante estará apto a dar cumprimento às obrigações assumidas com a Administração, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, não podendo a sua comprovação ser feita mediante a formulação de exigências desarrazoadas, que comprometam a observância do princípio constitucional da isonomia. (grifamos)

Assim sendo, diante da robusta argumentação que corrobora o que ora se defende, requer-se que esta r. Administração exclua do Edital o atual item destacado acima ante à fundamentação acima.

3 – AUSÊNCIA DE PREVISÃO DE REEMBOLSO PARA AS HIPÓTESES DE PERDA, ROUBO OU FURTO DE APARELHOS

Observe que os aparelhos serão fornecidos em regime de comodato, posse e guarda do cliente.

Nesse sentido dispõe o artigo 54 da Lei nº. 8.666/93:

“Os contratos administrativos de que trata esta lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos do direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.”

Com base nessa premissa, o objeto do presente edital solicita que os aparelhos sejam cedidos em comodato, regime previsto em nosso ordenamento jurídico no Código Civil Brasileiro, com a seguinte redação:

“**Art. 582.** O comodatário é obrigado a conservar, como se sua própria fora, a coisa emprestada, não podendo usá-la senão de acordo com o contrato ou a natureza dela, sob pena de responder por perdas e danos. O comodatário constituído em mora, além de por ela responder, pagará, até restituí-la, o aluguel da coisa que for arbitrado pelo comodante.”

“**Art. 583.** Se, correndo risco o objeto do comodato juntamente com outros do comodatário, antepuser este a salvação dos seus abandonando o do comodante, responderá pelo dano ocorrido, ainda que se possa atribuir a caso fortuito, ou força maior.”



“Art. 584. O comodatário não poderá jamais recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada.” (g.n.)

Cabe lembrar, que o comodato é o empréstimo gratuito de coisa móvel, que implica na obrigação do devedor de restituí-la. O comodatário é mero detentor da coisa e terá que restituí-la, tal como recebida em comodato.

Assim, entregue a coisa ao comodatário (Contratante), fica o comodante (Contratada) desobrigado para com aquele bem, ou seja, a partir da entrega, a Lei cria obrigações apenas para comodatário, a principal das quais é a de restituir a coisa emprestada, no término do contrato, ou quando lhe for reclamada, nas mesmas condições em que recebeu. Qualquer prejuízo que ocasionar ao comodante, por culpa própria ou de terceiro, ou ainda, na hipótese de força maior ou caso fortuito, em que antepõe salvar os seus bens abandonando os do comodante, responde o comodatário pelo dano.

Dessa forma, nos casos de roubo ou furto dos aparelhos, a responsabilidade e as custas deverão recair sobre o contratante, devendo ser excluída a responsabilidade da contratada, haja vista, que se for responsabilidade da contratada, haverá um desequilíbrio econômico financeiro do contrato, o que é vedado por lei.

Diante de tais fatos, essa empresa requer que seja esclarecida tal redação, de forma a estabelecer, como obrigação exclusiva da contratante o ônus sobre a substituição dos aparelhos nos casos de perda, furto ou roubo dos aparelhos cedidos em comodato.

Nesta esteira, é possível a reposição dos aparelhos, porém com custo. Assim, para não haver interrupção dos serviços, sugerimos a solicitação de aparelhos de back-up, pois desta forma a administração não ficará sem os serviços.

Diante do exposto, compete o presente esclarecimento para que a Administração ratifique o presente item e observe a legislação vigente. Por ser medida de legalidade e correção.



4 – REDUÇÃO DA VELOCIDADE APÓS O CONSUMO TOTAL DA FRANQUIA

Com o intuito de dar maior transparência e clareza aos serviços em questão, requeremos que essa Ilma. Administração inclua, no Edital, no Termo de Referência e na Minuta do Contrato, a informação de que a velocidade do serviço de comunicação de dados é reduzida após o consumo total da franquia.

Nesse sentido, cabe esclarecer que todas as operadoras possuem planos/pacotes de dados ilimitados, contudo todos eles possuem uma franquia, como bem observado por esta Ilma. Administração.

A estipulação de franquia e a redução da velocidade após o seu consumo é para controle e preservação da qualidade de rede, que é um recurso limitado e escasso, e tem o intuito de manter as métricas de qualidade estabelecidas pela ANATEL.

Assim, ao atingir o limite da franquia mensal o tráfego de dados a velocidade é reduzida, mas o serviço não é bloqueado.

Então, a omissão não pode persistir, devendo o instrumento convocatório ser alterado.

Logo, faz jus a presente impugnação para que o edital seja revisto e adequado às possibilidades e à realidade do mercado de telecomunicações, já que o informado acima é praticado por todas as operadoras nacionais, assegurando-se a isonomia entre os licitantes.

5 – FALTA DE ESPECIFICAÇÃO DOS APARELHOS

Outra ilegalidade vislumbrada *in casu* consiste na inobservância do preceito consignado nos artigos 15, §7º, I da Lei n. 8.666/93, que vedam a deflagração de licitação para a contratação de serviços, sem a especificação completa do bem a ser adquirido.



LEI N. 8.666/93:

“Art. 15º

(...)

§ 7º Nas compras deverão ser observadas, ainda:

I - a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca;”

É necessário a Licitantes terem de forma clara e precisa o detalhamento das especificações técnicas dos aparelhos a serem fornecidos em comodato, pois o item 2.1 do TR que cita de modo sumarizado o fornecimento de 27 aparelhos celulares tipo smartphone, de última geração, em regime de comodato, pelo prazo de 01 (um) ano para IFAM/Reitoria.

A especificações técnicas dos aparelhos é item essencial para tratar de forma isonômica o certame e diante da ausência das especificações técnicas dos aparelhos celulares, vimos impugnar o referido Edital de Pregão Eletrônico Nº 02/2020.

Como exemplo citamos o detalhamento abaixo, com vistas a ajudar a licitante a entender as especificações mínimas necessárias para execução do certame.

Exemplo:

As especificações técnicas do aparelho smartphone são requisitos mínimos de atendimento, serão aceitos equipamentos similares e/ou superiores aos itens abaixo listados.

SISTEMA OPERACIONAL	Android 9.0
SIMCARD	DUAL - Nano SIM
TECNOLOGIA	4G
TECLADO	Touch 5,5" (HD+, 1440,720)
VERSÃO SISTEMA OPERACIONAL	Android 9.0
PROCESSADOR	Quad Core 1.5 Ghz
CAMERA PRIMARIA	13MP
CAMERA SECUNDARIA	5MP
MEMORIA	Mínimo de 2G de RAM e 32GB Interna
CARTÃO DE MEMORIA	Tipo micro SD
TELA	Tela 5,5"
BLUETOOTH	Mínimo v4.2
BATERIA	Mínimo 3.000 mAh
GPS	SIM
WIFI	SIM



Menciona-se esclarecedora posição do Tribunal de Contas da União, por meio da Súmula 177, com a seguinte redação:

“A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da pluralidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão.”

Dessa forma, mais uma vez a ilegalidade apontada não configura mera falha formal superável, mas grave afronta à Lei nº. 8.666/93, com inobservância do Princípio da Legalidade e consequente inviabilização do Princípio do Julgamento Objetivo. Assim sendo, faz jus a presente impugnação, para que sejam especificadas as características dos aparelhos objeto da contratação.

6 – AUSÊNCIA DE SEPARAÇÃO DO PERFIL DE TRÁFEGO

Observe que o Edital no item acima não contempla serviços de voz estimados por tipo de ligação nas modalidades móvel e fixa o que impede a obtenção da proposta mais vantajosa, tendo em vista que cada uma delas possui custos distintos na formação de preços.

Considerando que se pretende realizar também a contratação de ligações locais, faz-se premente a divisão do serviço, de forma a ser contemplada na planilha de perfil de tráfego e na planilha de formação de preços a cotação separada das ligações móvel-fixo VC1, móvel-móvel VC (mesma operadora) e móvel-móvel VC (outras operadoras).

Desta forma, cumpre esclarecer, que a cobrança referente às ligações móvel-móvel VC (mesma operadora) e móvel-móvel VC (outras operadoras) e móvel-fixo VC1, VC2 e VC3 são diferenciadas.

Assim, as operadoras de telefonia móvel, ao realizarem ligações móvel-fixo VC1, VC2 e VC3, são obrigadas a repassar as operadoras de telefonia fixa um valor pré-determinado, o qual é elevado para cada ligação efetuada.



Em outras palavras, as receitas referentes às ligações móvel-fixo VC1, VC2 e VC3 não pertencem única e exclusivamente às operadoras de serviço de telefonia móvel pessoal (SMP), uma vez que parte do valor deve ser repassado às operadoras de serviço de telefonia fixo comutado (STFC).

Como se vê, diante da presente situação, há imprescindível necessidade do órgão licitante possibilitar a cotação de forma diferenciada para as ligações móvel-fixo VC1, VC2 e VC3, sob pena de prejudicar a Administração Pública com a exigência de cotação única.

No tocante à divisão das ligações móvel-móvel em móvel-móvel VC (mesma operadora) e móvel-móvel VC (outra operadora), cabe esclarecer que tal diferenciação se deve por imposição da própria ANATEL.

Dessa forma, a direfenciação se faz necessária, uma vez que o custo da remuneração pelo uso da rede de outras operadoras de serviço móvel pessoal (SMP) eleva consideravelmente os custos dos serviços de sistema extra-rede nas ligações móvel-móvel, uma vez que tais chamadas dependem da estrutura de outras empresas prestadoras do Serviço Móvel Pessoal.

No entanto, o Edital não faz a diferenciação, cotando esses serviços conjuntamente num mesmo item, com as ligações móvel-fixo VC1, VC2 e VC3.

Cabe ainda salientar que a possibilidade de cotação diferenciada dessas ligações não proporciona nenhum prejuízo à Administração Pública, pelo contrário, tal fato permite aferir de forma precisa o valor praticado para determinada modalidade de serviço.

Portanto, visando ao atendimento do princípio da economicidade, faz-se necessário que a Administração escolha, entre os meios possíveis de consecução do serviço, aquele que seja eficiente e que tenha o menor custo para a sua implementação, o que não equivale a uma tarifação única para todos os serviços licitados.



Por tudo dito, para adequar-se às determinações da própria Agência Reguladora e para que haja realmente a obtenção de preços vantajosos, o Órgão licitante deverá determinar o quantum de minutos das ligações móvel-fixo VC1, VC2 e VC3, móvel-móvel VC (mesma operadora) e móvel-móvel VC (outras operadoras) que realmente deseja.

Assim, apresentamos a título de esclarecimento, um modelo de planilha de formação de preços:

Tipo de Ligação	Qtd.	Valor Unit.	Valor Mensal	Valor Anual
VC1 Móvel Mesma Operadora	XX			
VC1 Fixo	XX			
VC1 Móvel Outras Operadoras	XX			
VC2 Móvel Mesma Operadora	XX			
VC2 Fixo	XX			
VC2 Móvel Outras Operadoras	XX			
VC3 Móvel Mesma Operadora	XX			
VC3 Fixo	XX			
VC3 Móvel Outras Operadoras	XX			

Por tudo declarado, é medida de maior coerência e razoabilidade a impugnação do presente edital, com o escopo de enquadrá-lo às normas da ANATEL. Para que não haja comprometimento da lisura do certame, pela violação do art. 40 da Lei 8.666/93 e conseqüentemente ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Pelo presente, requer à CLARO que seja atendida a solicitação e sanadas as incorreções, tornando o instrumento convocatório coerente, imparcial e sem lacunas jurídicas.



7 – OMISSÃO QUANTO AO LIMITE DE ACESSOS A SEREM DISPONIBILIZADOS

Outro item fundamental para participação da Licitantes no certame é necessidade do detalhamento das informações do tipo de tráfego telefônico SMP (VC1, VC2, VC3, SMS e etc), a definição do plano serviços com a definição do pacote mínimo de dados requeridos, assim como, o serviço de gerenciamento de celulares que irá permitir realizar controle no consumo das linhas dos seus funcionários, controlar o consumo com ligações de voz, SMS e dados, permitir criar perfil de uso e disponibilizar para as linhas móveis, acompanhar consumo real e ajustar os perfis de acordo com as suas necessidades e criação de white e blacklist.

Diante do exposto que como demonstrado, vimos solicitar a correção do edital e seu TR, objetivando permitir a participação de forma isonômica das licitantes, por este motivo, vim impugnar o Edital de Pregão Eletrônico Nº 02/2020.

Aproveitamos a oportunidade para sugerir o modelo abaixo para detalhamento da DEMANDA E VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO.



Descrição Serviços Móvel Pessoal (SMP)	Unid.	Qtd.	Valor Unitário Mensal	Valor Total Mensal	Valor Anual
Assinatura - Plano de Serviço Básico do SMP - Serviço Móvel Pessoal	Und.	27			
Serviço de Internet para Smartphone Pacote mínimo de 5GB em tecnologia 3G/4G	Und	27			
VC1 - Ligação de Móvel para Fixo (chamada local)	Min.	2.000			
VC1 - Ligação de Móvel para Móvel - Mesma Operadora (chamada local)	Min.	1.000			
VC1 - Ligação de Móvel para Móvel - Outra Operadora (chamada local)	Min.	5.000			
VC2 - Ligação de Móvel para Fixo	Min.	70			
VC2 - Ligação de Móvel para Móvel - Mesma Operadora	Min.	100			
VC2 - Ligação de Móvel para Móvel - Outra Operadora	Min.	200			
VC3 - Ligação de Móvel para Fixo	Min.	250			
VC3 - Ligação de Móvel para Móvel - Mesma Operadora	Min.	100			
VC3 - Ligação de Móvel para Móvel - Outra Operadora	Min.	250			
SMS	Und	100			
Tarifa Zero - Intra-Grupo	Und.	27			
Ferramenta de gerenciamento de celulares	Und	27			
Total Mensal					
Total Anual					

Critério de julgamento é o valor anual.
 Detalhar por extenso.

Observações adicionais:

VC1 - Ligação local

VC2 - Ligação interurbana fora da área de cobertura, dentro da área primária

VC3 - Ligação interurbana fora da área de cobertura, fora da área primária

SMS – Serviço de Mensagem de Texto

TARIFA ZERO INTRA-GRUPO – Serviço de ligações Intra-grupo

Tal omissão viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, que determina que os editais devem ser claros, objetivos, límpidos e sem lacunas.

Sendo assim, o presente edital deve determinar correta e determinadamente o número de acessos e devem ser contratados, respeitando o princípio da vinculação ao instrumento licitatório.

Nesse sentido, importante recordar a lição de Hely Lopes Meireles:



“O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes quanto a Administração que o expediu. É impositivo para ambas as partes e para todos os interessados na licitação (art. 41)”. (Licitação e contrato administrativo. 11ª edição. Malheiros, 1997, p.31).

Outrossim, cumpre trazer a lição do ilustre Celso Antônio Bandeira de Mello:

“O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame, como, aliás, está consignado no art. 41 da Lei 8.666/93.” (in Curso de Direito Administrativo, 11ª Edição, Malheiros Editores, 1999, página 379).

Compete, ainda, o brilhante raciocínio de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, acerca das infrações aos princípios da licitação:

“Princípio da vinculação ao instrumento licitatório. Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. (...) O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite). (...) Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos, ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que o desrespeitou.” (in Direito Administrativo, 11ª Edição, Editora Atlas, 1999, página 299 e 300).

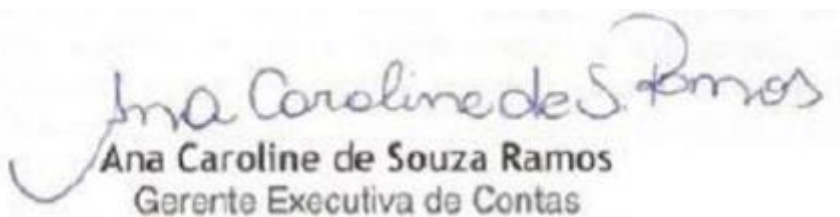
Por tudo dito, requer, para que não afronte os princípios e normas atinentes à matéria, a retificação do edital, estabelecendo o número de acessos que a Administração deseja contratar, tornando o instrumento convocatório claro, sem lacunas, seguindo os ditames da Lei de licitações e o Mercado de Telecomunicações.



III. DOS PEDIDOS

Em face do exposto, vem a **CLARO** solicitar a análise dos elementos da presente impugnação, e a necessária **revisão ou alteração do Edital**, para que sejam os itens ora impugnados adequados à normativa vigente acerca do serviço de telecomunicações de forma a assegurar o direito público subjetivo desta Impugnante e demais operadoras de participar de certame elaborado em conformidade com as diretrizes dos diplomas legais acima indicados.

Manaus/AM, 17 de agosto de 2020.



Ana Caroline de Souza Ramos
Gerente Executiva de Contas

CLARO S.A.

CI: 1607272-3

CPF: 523.373.752-34